

Recuperação do Sambódromo custará R\$ 10 mi e prefeitura recorre ao PAC

Município inseriu obra no pacote de pedidos de financiamento por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento

TISA MORAES

A recuperação do Sambódromo de Bauru custará cerca de R\$ 10 milhões, conforme estimativa da Secretaria Municipal de Obras, feita após a conclusão da sondagem que definiu quais intervenções serão necessárias para restabelecer a utilidade do local. Na tentativa de garantir o custo da obra, a pasta a incluiu no pacote de pedidos de financiamento feito pelo município ao governo federal, por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Até o momento, não houve retorno a respeito da solicitação, protocolada em novembro passado. Segundo a titular da Secretaria de Obras, Pérola Mota Zanotto, o trabalho envolverá a recomposição da terra que deslizou no trecho do setor dos camarotes e execução de solo grampeado para estabilizar o talude.

Também será necessário implantar drenagem profunda, a fim de interceptar fluxos das águas subterrâneas e impedir a deterioração progressiva

PROJETO EXECUTIVO

Licitação para elaboração do documento que precede a obra deverá ser aberta em março

do solo, além de recuperar as estruturas das arquibancadas e do pavimento que cedeu. “Aquela área é um aterro e as sondagens realizadas detectaram vários pontos onde o solo é colapsível devido à infiltração de água, inclusive do lado oposto à erosão, nas arquibancadas”, descreve.

A preocupação com a estrutura do Sambódromo começou logo após o Carnaval de 2019, quando um trecho do setor dos camarotes cedeu e formou uma grande cratera. Segundo a prefeitura, o deslizamento foi provocado por uma mina d’água existente no local e pelas fortes chuvas registradas na época.

Em 2019, erosão levou parte dos camarotes do Sambódromo de Bauru



Prefeitura de Bauru/Divulgação

RISCO DE COLAPSO

O problema foi consertado pela Secretaria de Obras e o espaço sediou o Carnaval de 2020, o último realizado no endereço. Porém, a erosão chamou a atenção do Ministério Público (MP), que pediu a interdição da passarela até a elaboração de um laudo pericial.

Foi, então, firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre MP e prefeitura para a realização do serviço de sondagem de solo e análise geotécnica de toda a área considerada de risco. A

conclusão foi que a área subterrânea e o entorno do terreno, em vários pontos, têm risco de colapsar por infiltração de água de minas ou possíveis galerias rompidas.

O trabalho, realizado pela Fral Consultoria Ltda por R\$ 307 mil, foi iniciado em dezembro de 2022 e concluído no final do ano passado. “Agora, estamos elaborando uma nova licitação para contratar o projeto executivo, indicando todas as obras que serão necessárias para recuperação do solo e das estruturas

do local”, afirma Zanotto.

O processo está sob análise da Secretaria de Administração e deve ser publicado em março, com definição do nome da empresa vencedora dentro de três meses. Ela receberá cerca de R\$ 120 mil e terá mais quatro meses para elaborar e entregar o projeto. “Não temos certeza se conseguiremos iniciar a obra, que também será contratada, ainda em 2024. Além dos trâmites legais a serem cumpridos, dependemos da disponibilidade de orçamento se não obtivermos o recurso do PAC”, completa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 4